

UNIDADE 4

A INSERÇÃO EXTERNA DA ECONOMIA BRASILEIRA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade, você deverá ser capaz de:

- ▶ Refletir sobre a situação da economia brasileira diante da globalização;
- ▶ Compreender o endividamento e as relações comerciais instituídas com os demais países, em especial com os nossos vizinhos da América do Sul; e
- ▶ Discutir as perspectivas do País diante das transformações no cenário mundial e a importância do papel do Estado na evolução do processo de inserção internacional da economia brasileira.

A ECONOMIA BRASILEIRA NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Caro estudante,

Vamos ao nosso último tema. Esperamos que aqui você encontre respostas para algumas das questões que ficaram pendentes, sabendo que novas indagações aparecerão, mas que com paciência e determinação também serão compreendidas com o desenrolar das atividades.

Para discutir as perspectivas da economia brasileira no período contemporâneo, abordaremos a globalização, que vem há muitos anos, o endividamento e as relações internacionais com vistas ao fortalecimento do comércio exterior, eixos fundamentais de qualquer debate que se pretenda sério e aprofundado.

É preciso que você preste muita atenção nos pontos levantados, reflita a respeito das questões com espírito crítico e tenha em conta que ainda há muito para ser conquistado.

O Brasil se transformou rapidamente nas últimas décadas e continuará buscando se transformar ainda mais, muito embora tudo aconteça no seu devido tempo e dentro de um processo próprio a suas especificidades econômicas e culturais.

Pedimos que você leia o texto com atenção, faça as atividades de aprendizagem e participe da construção do conhecimento desta nova fase, com vistas ao desencadeamento de habilidades voltadas ao amadurecimento do setor público, sem deixar de ter em conta o significado do setor privado para a economia.

Vamos lá!

O Brasil, desde o final da Segunda Guerra Mundial, vem fazendo um esforço enorme no sentido de transformar quantitativa e qualitativamente a sua forma de inserção no mercado mundial. Inicialmente, na década de 1940, contamos com o modelo do

processo por substituição de importações, que acabou entrando em esgotamento, na década de 1960. Com o seu ressurgimento na década de 1970, novas ações se tornaram necessárias ao País, e a opção pelo endividamento externo trouxe consequências ainda sentidas nos dias de hoje.

De 1968 a 1973 tivemos a fase do “milagre econômico”, que também recuscedeu. Com os dois choques do petróleo, ocorridos na década de 1970, verificou-se a necessidade de trazer de volta o processo de substituição por importações à pauta da política econômica da época como uma das alternativas ideais para superar as dificuldades.

A década de 1980, devido às dificuldades herdadas do período autoritário, ficou caracterizada como “perdida” e, logo em seguida, na década de 1990, a economia brasileira resolveu se abrir definitivamente ao comércio exterior e reduzir as barreiras à participação do capital estrangeiro em boa parte dos setores de sua economia. Na década de 2000, prosseguiu-se com o modelo de ajustamento da década de 1990, mas com reformulações principalmente no que diz respeito ao retorno de uma maior participação do Estado na economia.

Foi a partir do primeiro choque do petróleo, ocorrido em 1973, que o Brasil procedeu ao aumento do endividamento externo. Na realidade, essa opção foi tomada tendo por objetivo a manutenção do crescimento econômico, que foi em parte atingido com a promulgação do segundo Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (II PND), sob coordenação do ministro do Planejamento João Paulo dos Reis Velloso.

No II PND, a proposta centrou-se na busca da transformação da estrutura econômica brasileira, destinando os cuidados para os setores energético, nuclear, petroquímico e de bens de capital. Nessa etapa da economia brasileira, as empresas multinacionais reduziram os interesses e participaram do processo apenas como auxiliares, uma forma encontrada de não incorrerem em riscos maiores, segundo observam Rego e Marques (2003).

Vamos, agora, a algumas indagações, presentes em nosso cotidiano, que dizem respeito ao problema da inserção externa da economia brasileira:

- ▶ Quando efetivamente começou o endividamento externo brasileiro?
- ▶ Por que o Brasil resolveu buscar o endividamento externo?
- ▶ Por que o choque do petróleo afetou a economia brasileira?
- ▶ Qual o papel do Fundo Monetário Internacional (FMI)?
- ▶ Quantas vezes o Brasil recorreu ao FMI?
- ▶ O receituário do FMI era de cunho monetarista?
- ▶ Qual a importância da Conferência de Bretton Woods para o mundo?
- ▶ A dívida externa brasileira acabou se concentrando no setor público?
- ▶ Qual o significado da palavra vulnerabilidade?
- ▶ Em qual globalização nos encontramos inseridos?
- ▶ O Brasil tem jeito?
- ▶ Quais as perspectivas para a economia brasileira?

O [endividamento externo](#) data da nossa independência de Portugal. E, em muitos dos momentos, foi um recurso que se dispôs com a finalidade de superar as dificuldades enfrentadas pelo Brasil ao longo da sua trajetória econômica.

Cabe destacarmos ainda que na década de 1970, quando se dá a opção pelo financiamento externo do novo plano de desenvolvimento, as vantagens oferecidas eram tentadoras, o sistema financeiro internacional gozava de excesso de liquidez e os bancos se mostraram interessados em emprestar, oferecendo inúmeras vantagens, que se tornavam irrecusáveis.

A realidade é que o excesso de liquidez internacional acabou levando o Brasil a se endividar e, além disso, o acordo de Breton Woods, realizado após o final da Segunda Guerra Mundial, deu a força que faltava para o fortalecimento das economias de mercado.



Saiba mais

Endividamento externo

Dívida externa não é um fenômeno novo. O nosso país convive com ela há mais de 150 anos. Aliás, logo após 7 de setembro de 1822, emitimos títulos da dívida externa por meio de J. M. Rothschild and Sons de Londres em quase quatro milhões de libras para cobrir déficits internos e para o pagamento de obrigações a Portugal. O importante é que, embora com grandes oscilações, a dívida externa **sempre** representou um considerável ônus para o País em termos de pagamento de juros e amortização do principal. Fonte: Sandroni (1989).

Na análise de Baer (1986, p. 95), o aumento da dívida externa brasileira, na década de 1970, deve-se a:

[...] um conteúdo eminentemente financeiro, mas que está determinado pela dinâmica da internacionalização produtiva da economia brasileira e a concorrência que esta gerou entre as distintas facções do capital.

Inicialmente tudo pareceu muito atraente, mas com o passar do tempo essa situação foi se modificando, a tal ponto que em 1982 o serviço da dívida chegou a 83,3% do valor das exportações (BAER, 2002).

DÍVIDA EXTERNA E FMI

Com o segundo choque do petróleo, ocorrido em 1979, a taxa de juros internacional aumentou consideravelmente. Como os nossos empréstimos haviam sido contraídos com taxas de juros flexíveis, os custos dos empréstimos, acompanhados dos serviços da dívida, foram também elevados (BAER, 2002).

A preocupação com a sobrevivência da política desenvolvimentista era tão visível que, com a saída do ministro Mário Henrique Simonsen, em 1979, foi convidado para assumir a pasta Antônio Delfim Netto, que havia conduzido a economia brasileira no período do “milagre”. Em um primeiro momento, em 1980, ainda como resultado dos investimentos realizados no âmbito do II PND, o PIB cresceu 7,2%. Entretanto, por conta do crescimento da instabilidade no setor externo da economia brasileira, decretou-se um pacote contendo medidas arrojadas, entre as quais podemos destacar: a maxi-desvalorização do cruzeiro, o fim dos subsídios para as exportações, a retirada de diversos outros incentivos fiscais, a elevação das taxas dos serviços públicos, a remoção das exigências de depósitos para os capitais que tivessem interesse em investir no País e a retirada do controle rígido sobre as importações (BAER, 2002).

Nesse período, há de se lembrar da forte presença do FMI solicitando medidas de austeridade, sendo que a cada vistoria um enorme pesadelo tomava conta da população, preocupada com o que poderia vir a ser recomendado. Realmente não foi fácil o percurso da economia nacional em busca de alternativas que lhe trouxesse estabilidade.

Podemos então afirmar que as metas traçadas pelo FMI deviam ser seguidas à risca?

Sim, pois, como dissemos, eram frequentemente também rigorosamente supervisionadas, já que este é o órgão responsável por regular o funcionamento do mercado financeiro e desde 1967 conta com um instrumento de política denominado Direito Especial de Saque (DES) – espécie de reserva, de acordo com as cotas pagas, que o País adquire para solicitar como restituição, em caso de alguma desestabilização. Caso o País necessite de um volume maior de recursos, pede-se uma exposição de motivos, a ser avaliada pela diretoria e que ao ser aprovada traz junto um receituário de cunho monetarista as seguintes medidas: rígido controle sobre os gastos públicos, políticas de créditos, subsídios e salários, com políticas de desvalorização cambial quase que frequente. Fazem parte do FMI 184 países e, embora todos votem, apenas cinco detêm o maior poder de decisão sobre as alterações das regras. Para fazer parte do FMI, os países precisam contribuir com uma cota e indicar um delegado e um suplente. O Brasil integra o FMI com um poder de voto pouco significativo. Em 2005, o nosso país quitou uma dívida que venceria com o FMI em 2007, que propiciou certo fôlego à economia nacional (SANDRONI, 1989).

Na década de 1980, por recomendação do FMI, os gastos no setor público foram enxugados, acarretando em uma considerável redução nos investimentos e na demanda agregada.

E, aqui, chamamos a atenção para a reorientação teórica do papel desempenhado pelos economistas no governo naquele momento. Segundo Munhoz (1987, p. 149),

Quando o Brasil assinou o programa de ajustamento econômico com o Fundo Monetário Internacional, em janeiro de 1983, uma das preocupações do Fundo se dirigia aos elevados níveis da inflação brasileira – da ordem de 100% anuais, já por três anos, e à relação entre crescimento dos preços e os déficits do setor público.

O tema déficit público não era novo nos debates então presentes, voltados para a realidade econômica do país. Pois praticamente desde 1981, quando o Brasil passou a adotar uma política econômica segundo o modelo recessivo do FMI – embora

ainda sem submeter-se formalmente ao receituário da instituição – já aflorava internamente a questão dos déficits. E nessa etapa primeira, surgiram, desde logo no seio do Governo, os diagnósticos clássicos sobre as causas da instabilidade dos preços, conforme atestam documentos e declarações oficiais.

Ao longo dos anos 1970, a dívida externa brasileira sofreu uma importante mudança qualitativa, cuja composição passa a predominar os empréstimos tomados pelo Estado, superando o endividamento do setor privado. Nos primeiros anos da década de 1970, os empréstimos se dirigiram na sua maior parte aos setores de transportes e de telecomunicações. No final da década, a situação modificou para o setor elétrico e siderúrgico. Foi sempre mais tranquila a obtenção dos empréstimos de bancos privados, mesmo sabendo das desvantagens: taxas de juros maiores, prazos de término bem mais rápidos e vulnerabilidade do credor maior, dado que as taxas de juros eram flutuantes, oscilando em função da conjuntura (SANDRONI, 1989, p. 75-80).

Segundo Carneiro e Modiano (1990), em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI. Nos 24 meses subsequentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo. Esta troca constante de metas e normas entre os funcionários do governo brasileiro e o FMI ilustra as dificuldades envolvidas em adaptar o receituário da instituição a uma economia em desenvolvimento, altamente indexada, na qual o setor público, não somente era responsável por algo entre 30 e 50% do investimento global, como também intermediava grande parte do investimento privado através da administração de importantes fundos compulsórios de poupança.

Assim, precisamos atentar para não confundir dívida com o FMI, com a dívida externa que continua em aberto com a banca internacional.

DÉFICIT EXTERNO E VULNERABILIDADE

O Sistema Monetário Internacional que vigorou após a Segunda Guerra Mundial foi aprovado na Conferência de Bretton Woods e teve vigência de 1946 a 1971. O ouro foi tido como o ativo de reserva internacional, a taxa de câmbio que deveria ser estipulada nas relações de trocas foi a de tipo fixa e o padrão estipulado como paridade ficou sendo o dólar-ouro, porque os Estados Unidos da América detêm a maior quantidade da espécie em nível mundial. Atualmente, existe uma proposta do presidente do Banco da China, Zhou Xiaochuan, da criação de uma outra moeda de reserva internacional.

[...] Zhou Xiaochuan, Presidente do Banco da China, causou furor ao publicar um ensaio sobre a criação de uma nova moeda de reserva internacional. [...] Zhou não está sozinho. Temos visto um sem-número dessas exortações à mudança desde que a crise começou e, embora os substitutos do dólar variem – o euro é frequentemente endossado, assim como uma composição de moedas.[...]

[...] Quando os revolucionários americanos declararam sua independência da Inglaterra, em 1776, também se desvincilharam da libra esterlina, criando o dólar para substituí-la.

[...] o dólar que adotaram era o dólar espanhol [...]

[...] Muito mais comum do que a libra esterlina, o dólar espanhol era a moeda global da época, onipresente no comércio e utilizada pelos americanos para manter suas contas. [...] O século 20 é considerado o “século americano” e o crescimento do poder dos Estados Unidos coincidiu com a ascensão do dólar como principal moeda mundial. [...]

Quando representantes mundiais se reuniram na cidade de Bretton Woods, em 1944, para negociar a arquitetura financeira pós-guerra, o economista britânico John Maynard Keynes tentou persuadir os americanos a criar uma nova moeda comum, chamada “bancor”. Os americanos não aceitaram – queriam que o dólar se tornasse a moeda de reserva mundial e conseguiram. [...] [...] As moedas raramente morrem da noite para o dia. Vale olhar o declínio vagaroso do dólar espanhol e da libra esterlina. No entanto, elas sobem e descem dependendo da sorte dos países e dos impérios que as emitem. (MIHM, 2009, p. 66)

De 1971 aos dias atuais predomina nas relações comerciais a taxa de câmbio flutuante, os ativos de reserva são em moedas fortes (dólar, euro) e o sistema de ajuste se processa de forma automática, com desvalorização cambial alternada, seguindo as instruções do FMI, que não deixou de exercer o atendimento aos membros participantes. Mas o FMI foi muito criticado nas décadas de 1970 e 1980, por ativistas políticos e pela sociedade, contrários ao estilo da política instituída, e depois com o estabelecimento do processo democrático acabou quase sendo esquecido, embora a sua forte atuação não tivesse sido desmontada.

Recentemente, Cardoso (2009, p. 78) teceu o seguinte comentário:

Sempre que há uma crise profunda, a questão sobre o futuro do capitalismo ressurgiu. Mas isso vem ocorrendo há séculos, o que mostra a resistência do sistema. O fato é que ele está sempre se transformando. Nossa ordem global foi pensada após a Segunda Guerra Mundial, cujo fim permitiu retomar o impulso do crescimento. [...] Os ingleses defendiam a criação de uma moeda global e que o Fundo Monetário Internacional fosse uma espécie de banco central dos bancos centrais. Mas a posição inglesa foi vencida pelos ameri-

canos, que forçaram o dólar como moeda global. Agora os mesmos temas voltam à mesa. Qual será o novo papel do FMI? Seu orçamento foi reforçado no encontro do G20, em Londres, o que sugere que o Fundo terá um peso maior. Mas, em meio à crise, o Federal Reserve americano vem agindo como um banco central global. Enquanto isso, a China também começa a fazer sua política. Empréstou dinheiro à Argentina, à Petrobras, à Ásia, comprou minas na Austrália. Mas contribuiu com pouco dinheiro extra para o FMI, dando mostra de que não vê com bons olhos um poder renovado da instituição. Os chineses também questionam o papel do dólar como moeda global, outro tema em debate. Vamos manter o dólar ou migrar para outro sistema? As respostas ajudarão a moldar o novo capitalismo.

Perceba que a dívida brasileira se concentrou no setor público e a forma de o governo conseguir divisas ocorreu com o endividamento interno ou, em outras palavras, por meio da transformação da dívida externa em interna, da colocação de títulos de longo prazo no mercado (GREMAUD *et al.*, 1997, p. 223). Além disso, como dificilmente obtinham-se superávits comerciais no balanço de pagamentos, a cobertura dos déficits acabou sobrando para a sociedade brasileira e redundou em arrocho dos salários com características recessivas para todos. Para um melhor entendimento desta situação, observe a Figura 6.

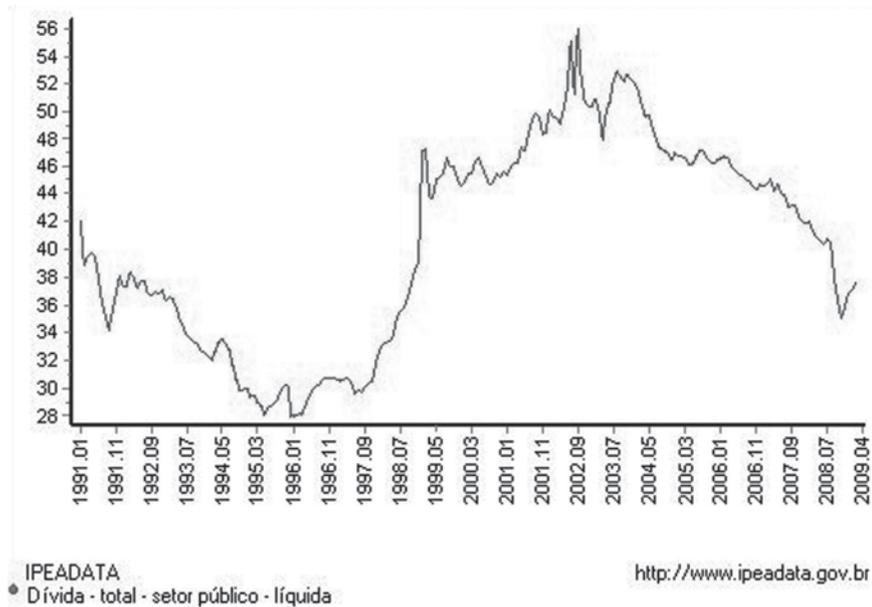


Figura 6: Evolução da dívida total líquida do setor público brasileiro, em percentual do PIB, desde 1991

Fonte: IPEA-DATA (2009)

A vulnerabilidade da economia brasileira aos choques externos foi um problema dos mais temidos, chegando ao ponto de colocar dificuldades ao processo de estabilização e ao processo de estabilização dos preços interno (inflação). Foi a partir dessa situação que surgiu a crise fiscal no Estado brasileiro e também a especulação financeira desenfreada, inclusive do próprio setor estatal, demonstradas nos Balanços de Pagamentos. Segundo Baer (2002, p. 133),

[...] notável aumento das despesas financeiras – acima de 1000% – estava ligado à larga expansão da dívida das empresas estatais. Como, durante a década, a capacidade de autofinanciamento dessas empresas declinou, uma crescente parcela dos investimentos era custeada por empréstimos estrangeiros. Além disso, próximo ao final da década de 1970, à medida que as taxas de juros aumentavam, e com a maxidesvalorização de 1979, a carga financeira das empresas estatais cresceu expressivamente. Para piorar os fatos, à medida que a inflação

umentava, o governo reteve os preços de muitas empresas públicas como instrumento antiinflacionário, o que ocasionou uma queda regular dos preços e tarifas reais cobrados por elas.

Os desequilíbrios internos e externos que ocorreram na Alemanha na década de 1920 levaram ao surgimento do Balanço de Pagamentos. Aliás, essa foi a forma encontrada de como fornecer a radiografia de um país diante das mais diferentes situações de gerenciamento. Os economistas keynesianos tenderam a concordar com a teoria do balanço de pagamentos e, de acordo com Rego e Marques (2003, p. 155), “segundo a própria posição de Keynes”. Veja a Figura 7.

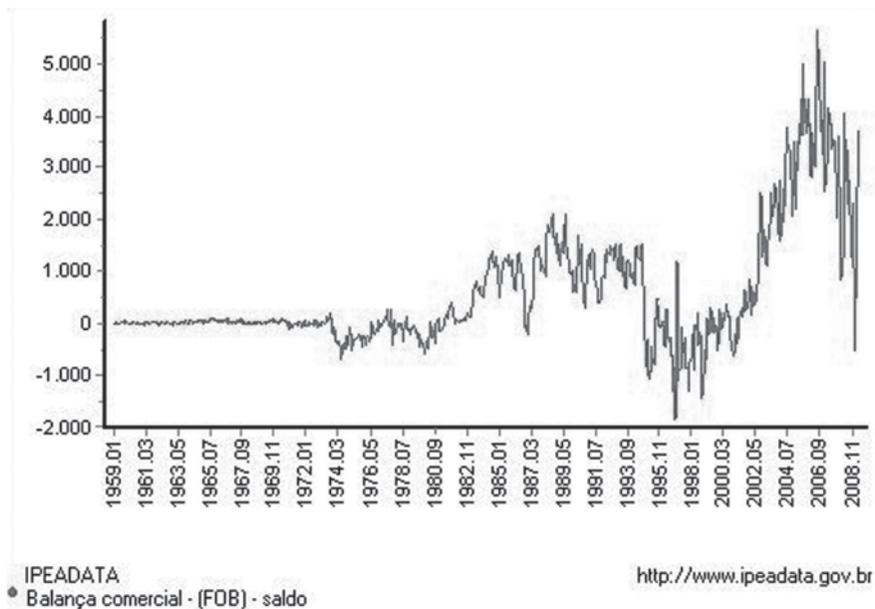


Figura 7: Oscilações ocorridas no saldo da Balança Comercial brasileira, em dólares americanos, desde 1959

Fonte: IPEA-DATA (2009)

Mas não para por aí, na atualidade, vivemos desde 2008 uma crise que se arrasta aos poucos e que parece não ter fim, por enquanto algo que parece desafiar a todos. Para Sen (2009, p. 18),

[...] A desaceleração que está nos levando à beira de uma depressão tem nítidas feições keynesianas – a redução da renda de um grupo de pessoas ocasionou a redução de suas compras, causando, por sua vez, nova redução na renda de outras. Entretanto, Keynes, só pode ser o nosso salvador numa escala muito parcial, e é preciso olhar para além dele para compreender a crise atual. Um economista cuja relevância atual foi bem menos reconhecida é o rival de Keynes, Arthur Cecil Pigou. [...] O contraste entre Pigou e Keynes é relevante [...] Embora Keynes estivesse muito envolvido na questão de como aumentar a renda agregada, ele estava menos engajado em analisar problemas da distribuição desigual da riqueza e do bem-estar social. Pigou não só escreveu um estudo clássico de economia do bem-estar mas também foi pioneiro na medição da desigualdade. Como o sofrimento das pessoas mais carentes pede uma atenção mais urgente agora, o papel da cooperação mútua entre empresas e governo não pode parar apenas na expansão econômica. Existe a necessidade de dar atenção às vítimas da injustiça social.

Como você pode observar, o Balanço de Pagamentos resume de forma contábil as transações econômicas realizadas pelo Brasil com o resto do mundo e fornece uma radiografia geral da situação da economia nacional. Pela ilustração apresentada, pudemos, então, ter uma noção do cenário das oscilações da Balança Comercial brasileira.

No **Balanço de Pagamentos** temos a **Balança de Transações Correntes** onde se encontram a **Balança Comercial**, os **Serviços e Rendas**, as **Rendas** e as **Transferências Unilaterais Correntes**, assim discriminadas:

- ▶ **Balança Comercial:** formada das exportações e das importações. Em caso das exportações superarem as importações, tem-se uma situação de superávit, e no caso inverso, apresenta-se com déficit.

- ▶ **Balança de Serviços e Rendas:** desenvolvida com os resultados dos investimentos e os trabalhos realizados (e aqui se encontram especificados: transportes, viagens, seguros, *royalties* e licenças, serviços do governo, aluguéis etc.).
- ▶ **Transferências Unilaterais Correntes:** formada dos pagamentos realizados entre países, destacando-se as remessas feitas por migrantes e as doações recebidas ou realizadas.

Temos também a **Conta de Capital e Financeira**, na qual encontra-se alocada a conta capital, a conta financeira, o investimento direto, o investimento em carteira, os derivativos e demais investimentos. E os **Erros e Omissões** finalizam o Balanço de Pagamentos.

A ATUAL ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE INSERÇÃO NA ECONOMIA MUNDIAL

Diante de tudo que conversamos até aqui, podemos afirmar que a trajetória brasileira de inserção externa foi marcada por uma série de pontos e contrapontos. Dos pontos destacamos para você a estabilização econômica que se conseguiu depois de uma série de tentativas que se frustraram e dos contrapontos a excessiva concentração da renda e os baixos índices de desenvolvimento humano alcançado, apesar dos esforços mais recentes em buscar por superá-los.

Na realidade, tudo acabou se transformando em um “longo amanhecer” como assim denominou Furtado (1999, p. 36-38), ao observar que a entrada do Brasil no processo de globalização teve um preço alto e ao deduzir que:

[...] A luta contra o subdesenvolvimento é um processo de construção de estruturas, portanto, implica na existência de uma vontade política orientada por um projeto. Essa é a lição que podemos tirar dos decênios de crescimento que vivemos a partir do imediato pós-guerra. Se o Estado nacional é o instrumento privilegiado para enfrentar problemas estruturais, cabe indagar como compatibilizá-lo com o processo de globalização. [...] A absorção de recursos externos deve ser disciplinada por uma política que tenha em conta seus efeitos positivos e negativos. [...] Não se pode perder de vista que o comércio exterior é o pulmão pelo qual se respira o avanço tecnológico. Se mal administrado, esse comércio pode levar a economia a uma paralisia progressiva.

O formidável sobreendividamento que sofremos entre 1995 e 1998 – o déficit em conta corrente somou algo como 100 bilhões de dólares – ocorreu num período em que o crescimento econômico foi praticamente zero. Ora, esses foram anos em que dobrou o grau de controle por grupos estrangeiros do capital fixo reprodutivo do país.

Ao continuar a argumentação, Furtado (1999) recomendou ao Brasil a priorização para com a questão da fome, segurança pública e combate às doenças infecto-contagiosas, devendo os investimentos concentrarem-se na capacitação, com vistas à ampliação do quadro da população com formação técnica especializadas. Além desse aspecto, enfatizou sobre a necessidade da conciliação do processo de globalização com a possibilidade da geração de novos empregos, tendo por finalidade o fortalecimento do mercado interno, pois depois de termos as décadas “perdidas” de 1980 e 1990, valeria a pena verificar em que os governantes falharam, uma vez que imputar toda a responsabilidade ao exterior seria temeroso.

Com relação à importância do fortalecimento de um mercado sul americano, Furtado (1999) teve o maior apreço ao lembrar-nos que a ideia de solidariedade entre as regiões que começou com os europeus acabou gerando a União Europeia. Acreditava também que com a ampliação dos interesses regionais outros mercados e forças acabavam sendo estimulados. Com isso, chegou, inclusive, a levantar a indagação se seria possível criar uma nova moeda que fosse aceita em toda região, ao lembrar-nos também que, para o estabelecimento do euro na Europa, foram anos de aprendizagem.

Considerando essa discussão, podemos destacar ainda que, mesmo diante das inúmeras crises pelas quais a economia brasileira passou, ainda há tempo para se fazer algo com a finalidade de reverter os problemas existentes. Nesse sentido, vale o lembrete: é preciso estar sempre atento e disposto a construir uma sociedade mais justa. Nas relações econômicas com o resto do mundo, o Brasil tem feito um enorme esforço no sentido de integrar-se com os outros países, e na

América do Sul o País tem se colocado disposto a dialogar e participar das iniciativas que busquem a ampliação da integração necessária.

É preciso pensar novas formas de abordarmos as nossas potencialidades, sem deixarmos de ter em mente a importância do desenvolvimento regional sustentável.

Antes de encerrarmos esta última parte, apresentamos a recomendação de Vinod Thomas, importante consultor do Grupo Banco Mundial, em entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo*, o qual chama a atenção para o potencial do Brasil em termos de desenvolvimento sustentável Angelo (2009, p. A24) destaca:

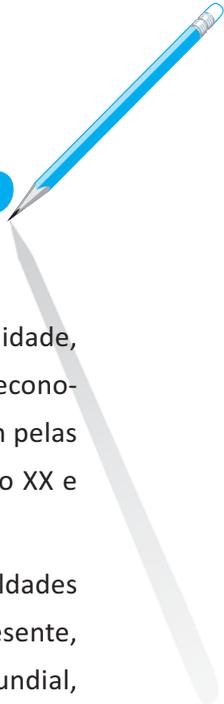
[...] O Brasil tem a razão mais favorável de terra, água e floresta *per capita* do que qualquer outro país, então deveria ser uma área na qual o país estivesse investindo, não destruindo! O que você tem a ganhar com mais cuidado ambiental no Brasil é muito mais do que na China ou na Índia. O planejamento ambiental faz mais diferença para o Brasil do que para esses países.

Complementando...

Para você que tem pela frente muita responsabilidade no gerenciamento da nossa economia, recomendamos as seguintes leituras:

- 📌 Um novo capitalismo? *Revista Exame*, abril/2009.
- 📌 *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)* – de Wilson Cano.
- 📌 *Desenvolvimento capitalista no Brasil* – de Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo e Renato Coutinho.

Resumindo



Chegamos ao final de nossa disciplina. Nesta Unidade, discutimos a forma como veio se dando a inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, faz uma passagem pelas crises enfrentadas a partir da segunda metade do século XX e sugere situações de como enfrentar o novo milênio.

As propostas sugeridas de como enfrentar as dificuldades encontram-se amparadas nos temas do passado e do presente, tendo como pano de fundo a situação do capitalismo mundial, que a partir de 2008 enfrenta uma das maiores crises e parece clamar por “um novo tipo de capitalismo”.

No bojo da discussão, retomamos algumas discussões interessantes como a questão do dólar para moeda de reserva internacional.



Atividades de aprendizagem

Chegamos ao final de nossa disciplina, na qual você deve ter percebido que as discussões envolvem diferentes juízos de valor e que pode extrair a sua própria forma e concepção de enxergar o mundo. Assim, convidamos você a mergulhar no estudo de caso apresentado a seguir.

1. Leia com atenção parte do texto a seguir de Vinod Thomas, diretor geral do Grupo Independente de Avaliação do Banco Mundial. Vinod Thomas publicou o livro *O Brasil visto por dentro*. Após a leitura do texto, faça algumas considerações sobre o Bric, discuta mais um pouco o Brasil e dê sua opinião a respeito da concepção do autor na *Revista Exame*. Compartilhe suas considerações no AVEA.

Nos últimos anos, virou moda decantar as qualidades de novos atores no cenário global. Refiro-me às grandes nações emergentes, em especial Brasil, Rússia, Índia e China, o já famoso Bric. Por algum tempo, porém, houve quem considerasse o Brasil algo deslocado no grupo. Afinal, a China se tornou a principal estrela da economia global na última década, a Índia passou a segui-la de perto mais recentemente e a Rússia surfou como poucos o *boom* nos preços do petróleo. À luz das estatísticas, tal vigor não encontrava paralelo no Brasil. Quem se dispusesse a entender as transformações mais profundas no cenário brasileiro, porém, já teria percebido o erro que é não considerar seriamente a hipótese de o Brasil se alçar como novo peso pesado da economia mundial. Destaco três áreas em que o país vem trilhando um

caminho de renovação. A primeira é a macroeconomia. Nem precisamos voltar aos anos 80 e à confusão reinante em meio à hiperinflação. Mesmo uma comparação recente mostrará que, em pouco tempo, o país se transformou. A inflação foi domada. A dívida do setor público está hoje abaixo de 40% do PIB. O país tem sido capaz de emitir títulos da dívida externa em reais, o que demonstra a confiança de investidores internacionais. As reservas somam 200 bilhões de dólares. E o déficit em conta corrente é pequeno. Além disso, o setor financeiro encontra-se completamente sólido.

A segunda área, como resultado desses e de outros avanços, é que o país atingiu patamares novos em termos de crescimento econômico. A crise global em curso fez com que o tema do crescimento pareça um fora do lugar. Mas não devemos nos esquecer que, até a eclosão da tormenta financeira, e pela primeira vez em muito tempo, o Brasil passou a crescer num ritmo já bastante interessante, especialmente quando se considera seu nível médio de renda, muito superior ao de China e Índia. Se e quando irá conseguir apresentar um desempenho semelhante, ainda são questões em aberto – mas essa dúvida se coloca hoje para todos os países.

O terceiro *front* que merece destaque é o social. Poucos países no mundo têm motivos para comemorar o avanço em termos de inclusão como o Brasil, graças a uma combinação de crescimento mais forte e, principalmente, uma vasta rede de proteção. Ela será de fundamental importância a partir de agora, com o inevitável desaquecimento econômico do país. Quando se considera os três ângulos de análise – a macroeconomia, o crescimento e a inclusão social –, fica claro que o Brasil não apenas merece estar entre os Bric como provavelmente seja o mais bem-sucedido dentre eles. Não apresenta taxas de expansão tão altas como China e Índia, mas compensa com avanços sólidos em outras esferas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caro estudante,

Neste livro tivemos a oportunidade de ver como a economia brasileira é uma disciplina que aborda a história dos fatos, das políticas e das ideias econômicas do Brasil, com ênfase no Período Republicano. Para tanto, tratamos dos principais períodos da evolução do capitalismo no Brasil, procurando delimitar as diferentes dinâmicas econômicas, como o ciclo agrário-exportador (até 1930), o ciclo industrial (até 1980) e o ciclo atual de predomínio financeiro.

O objetivo principal desta disciplina foi o de analisar os fatores políticos, sociais e econômicos que permitiram o desencadeamento do processo de industrialização no Brasil, procurando revelar os seus alcances e limites. Paralelamente, discutimos a eficiência das políticas econômicas adotadas em termos de seu impacto tanto no crescimento da produção como na produtividade e no bem-estar do conjunto da população.

Procuramos, além disso, abordar o processo de evolução econômica do País articulando-o com o plano das ideias econômicas. Isso permitiu compreender o posicionamento dos economistas em relação aos diferentes modelos de desenvolvimento em debate em um determinado contexto no País e tornar claras as suas propostas de políticas públicas.

Diferente de outros livros didáticos, que optam por uma leitura cronológica dos fatos econômicos, neste manual fizemos opção por uma divisão temática. Essa opção metodológica permitirá uma compreensão mais concisa das questões centrais associadas à evolução econômica do País. Evitamos, assim, o risco de comprometer o aprendizado com uma abordagem que apenas percorre as diferentes

políticas econômicas ao longo do tempo e que não orienta a leitura por meio de um fio condutor analítico.

Lembramos que estudar a economia brasileira constitui um dever de ofício para nós que acreditamos na educação como o meio para a conquista do tão almejado desenvolvimento com justiça econômica e social.

Antes de fecharmos as discussões a que nos propusemos na disciplina de Economia Brasileira, sinalizamos a você diferentes caminhos que podem ser percorridos, bastando a partir de agora continuar e aprofundar todos os temas levantados. Caso tenha tomado gosto pelos temas, leve em frente os estudos nessa área. E, profissionalmente, lembre-se de que o Brasil precisa muito de todos nós. Foi maravilhoso fazer parte do seu mundo.

Muitas conquistas profissionais para você!

*Professores Fernando Tadeu de Miranda Borges e
Pedro C. Chadarevian*

Referências



ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cavalcanti; NICOL, Robert. *Economia agrícola: o setor primário e a evolução da economia brasileira*. São Paulo: McGraw-Hill, 1987.

ANGELO, Cláudio. Floresta pode ajudar a tirar o Brasil da crise financeira. Entrevista com Vinod Thomas. São Paulo: *Jornal Folha de São Paulo*. 24 maio 2009. p. A24.

ARAÚJO, Rogério Dias de. *Desempenho inovador brasileiro e comportamento tecnológico das firmas domésticas e transnacionais no final da década de 90*. Dissertação de Mestrado (UNICAMP). Campinas: São Paulo, 2004.

BAER, Mônica. *A internacionalização financeira no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1986.

BAER, Werner. *A economia brasileira*. Tradução de Edite Sculli. 2. ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; COUTINHO, Renato. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*. Campinas: FECAMP, 1998.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Prosas com governadores de Mato Grosso (1966-2006)*. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz C. *Economia brasileira: uma introdução crítica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

_____. *A crise do Estado: ensaios sobre a economia brasileira*. São Paulo: Livraria Nobel, 1992.

_____. *Macroeconomia da estagnação: crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994*. São Paulo: Editora 34, 2007.

BUESCU, Mircea. *Evolução econômica do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: APEC, 1974.

_____. *Brasil: disparidades de renda no passado; subsídios para o estudo dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro: APEC, 1979.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Economia, planejamento e nacionalismo*. Rio de Janeiro: APEC, 1963.

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil. 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

_____. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

CARDOSO, Eliana A. *Economia brasileira atual ao alcance de todos*. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. Entrevista: a crise é parte do jogo. São Paulo: *Revista Exame CEO*, abr. 2009, p. 78.

CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 323-346.

CARNEIRO, Dionísio Dias. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

CASTRO, Antonio Barros de; *7 ensaios sobre a economia brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1999.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

COSTA, Edmilson. *A política salarial no Brasil – 1964-1985. 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

DELFIM NETTO, Antonio; PASTORE, Affonso Celso; CIPOLLARI, Pedro; CARVALHO, Eduardo Pereira de. *Alguns aspectos da inflação brasileira*. Serie Estudos ANPES – Associação Nacional de Programação Econômica e Social, n. 1, São Paulo, 1965.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

FAGNANI, Eduardo. *Política social no Brasil (1964-2002): entre o projeto de Estado de Bem-Estar e o Estado Mínimo*. Tese de Doutorado: Unicamp, Campinas, 2005.

FRITSCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso. Cem anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 19. ed. São Paulo: Nacional, 1984.

_____. *O longo amanhecer. Reflexões sobre a formação do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. *Introdução ao desenvolvimento*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. *Economia Colonial no Brasil nos séculos XVI e XVII*. São Paulo: HUCITEC e ABPHE, 2001.

_____. *Raízes do subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Economia do desenvolvimento*. Curso ministrado na PUC-SP em 1975. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

GORENDER, Jacob. *Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

_____. *O escravismo colonial*. 5. ed. São Paulo: Ática, 1988.

GREMAUD, Amaury Patrick; et al. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. 11. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais*. Brasília, 2008.

IPEA. *Sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil*. Brasília, 2006.

- LESSA, Carlos. *15 anos de política econômica*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros*. Mauá, Rui Barbosa, Simonsen. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- MAGALHÃES, João P. de Almeida. *O que fazer depois da crise. A contribuição do desenvolvimentismo keynesiano*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARQUES, Rosa Maria; BOCCHI, João Ildebrando (Orgs.). *Desafios para o Brasil: como retomar o crescimento econômico nacional?* São Paulo: Saraiva, 2007.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MIHM, Stephen. *Revista Exame Ceo*. São Paulo, abr., p. 64-66, 2009.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. Os déficits e o reordenamento das finanças públicas. In: LOZARDO, Ernesto (Org.). *Déficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia da dependência imperfeita*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- PAULANI, Leda M. Teoria da inflação inercial: um episódio singular na história da ciência econômica no Brasil? In: *50 anos de ciência econômica no Brasil (1946-1996)*, Petrópolis: Vozes, 1997.
- POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos. O novo modelo econômico e a crise do trabalho no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- _____. *O emprego no desenvolvimento da nação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.
- RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1963.
- REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.
- REZENDE FILHO, Cyro de Barros. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil. Afinal, do que se trata?* Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SAES, Flávio Azevedo Marques de. Uma Releitura de Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. In: *Revista Territórios e Fronteiras*. Cuiabá: v. 5, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2004.

SAES, Maria Sylvia M.; FARINA, Elizabeth Maria Mercier. Q. *O agribusiness do café no Brasil*. São Paulo: Milkbizz, 1999.

SALAMA, Pierre; VALIER, Jaques. *A economia em decomposição*. Ensaio sobre a hiperinflação. São Paulo: Nobel, 1992.

SALLUM JUNIOR, Brasílio (Org.). *Brasil e Argentina hoje*. Bauru: EDUSC, 2004.

SANDRONI, Paulo. *Balanço de pagamentos e dívida externa*. São Paulo: Ática, 1989.

SEN, Amartya. Em defesa do sistema. *Revista Exame Ceo*. São Paulo: Abril. abr. 2009, p. 16-25.

SINGER, Paul. *A Crise do "Milagre"*. 6. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. *Globalização e desemprego. Diagnóstico e Alternativas*. São Paulo: Contexto, 1998.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. Ensaios sobre economia brasileira. 11. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THOMAS, Vinod. A chance do Brasil. *Revista Exame Ceo*. São Paulo: Abril. abr. 2009, p. 876-88.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa e Industrialização: 1946-1951. In: ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso*. Cem anos de Política Econômica Republicana (1889-1989). 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MINICURRÍCULO

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Natural de Cuiabá – Mato Grosso. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1980), mestre em Economia pela FEA-USP (1991) e doutor em História Social pela FFLCH-USP (2003). Atualmente, é diretor da Faculdade de Economia e professor associado II da Universidade Federal de Mato Grosso.



Pedro C. Chadarevian

Natural de São Paulo, capital. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (1998), mestre em Teoria Econômica pela Universidade de São Paulo (2001) e doutor em Economia pela Universidade de Paris 3, Sorbonne Nouvelle (2006). Atualmente, é professor no curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São Carlos (Campus Sorocaba).

